

# CURSO DE URBANISMO, 1960: DOCUMENTO ENGAJADO NA DISPUTA PELO CAMPO DISCIPLINAR

## *URBAN PLANNING COURSE, 1960: DOCUMENT ENGAGED IN THE DISCIPLINARY FIELD DISPUTE*

Bruno Cesar Euphrasio de Mello<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo aborda a luta corporativa dos arquitetos para fazer do Urbanismo um domínio de sua exclusiva atuação profissional a partir do documento Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul 1960. Exploram-se aqui duas hipóteses: i) de que o documento em pauta abriga um discurso opaco, pois, em suas páginas, escondem-se disputas, intrigas e conflitos ali não explicitados; ii) de que, de fato, ele é um texto engajado, concebido com o objetivo de delimitar o Urbanismo como campo disciplinar submetido à Arquitetura. Para compreender o documento em questão – e a disputa que dele emerge –, foi realizada uma leitura crítica, interna e externa a ele, inserindo-o no seu “espaço de experiência” e em seu “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006). O artigo apresenta o contexto em que está imerso o documento e discute, em seus termos e na articulação com as polêmicas nas quais está implicado, a disputa pelo controle do Urbanismo.

**Palavras-chave:** Documento. Ensino. Urbanismo. Historiografia. Porto Alegre.

### ABSTRACT

*This article addresses the architects corporate struggle to make Urban Planning a domain of their exclusive professional practice from the document Urban Planning Course by Faculty of Architecture of the University of Rio Grande do Sul 1960. Two hypotheses are explored here: i) that the document in question contains an opaque discourse, because in its pages, disputes, intrigues and conflicts hidden there are hidden; ii) that, in fact, it is an engaged text, conceived with the objective of delimiting Urbanism as a disciplinary field submitted to Architecture. In order to understand the document in question - and the dispute that emerges from it - a critical reading was carried out, internal and external to it, inserting it in its “space of experience” and in its “horizon of expectations” (KOSELLECK, 2006). The article presents the context in which the document is immersed and discusses, in its terms and in articulation with the controversies in which it is involved, the dispute for control of Urbanism.*

**Keywords:** Document. Teaching. Urban Planning. Historiography. Porto Alegre.

---

<sup>1</sup> Arquiteto e Urbanista, Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Professor de Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

## INTRODUÇÃO

Os conceitos não servem mais para apreender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro. (KOSELLECK, 2006, p. 102)

Em 2020, o documento *Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul 1960*<sup>2</sup> completou 60 anos. Redigido visando à reorganização do curso (retomado, após breve interrupção em 1958), ele reúne as diretrizes que orientaram sua nova estrutura didática e de admissão, além de trabalhos que ilustram o produto da formação oferecida. Coincidentemente, neste mesmo ano de 2020, também aniversariou a lei que criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), sancionada em 2010. Essa lei regulamentou, de maneira assertiva, o vínculo legal hoje existente entre o exercício profissional da Arquitetura e do Urbanismo. Cabe lembrar que, no Brasil, o domínio do Urbanismo nem sempre foi exclusivo a uma profissão (LEME, 1999; MELLO, 2019). O que houve, isto sim, foi sua progressiva aproximação ao rol de atribuições privativas de arquitetos.

Este artigo aborda a luta corporativa dos arquitetos para fazer do Urbanismo um domínio de sua exclusiva atuação profissional. Exploram-se aqui duas hipóteses: i) de que o documento em pauta abriga um discurso opaco, pois, em suas páginas, escondem-se disputas, intrigas e conflitos ali não explicitados; ii) de que, de fato, ele é um texto engajado, concebido com o objetivo de delimitar o Urbanismo como campo disciplinar submetido à Arquitetura. Para considerá-las, propõe-se uma exegese do documento *Curso de Urbanismo*, articulando seus conteúdos ao contexto de sua elaboração.

“Nenhum documento faz emergir sentido dele mesmo” (FARGE, 2017, p. 92). Por isso, ao analisar o documento que aqui nos ocupa, foi preciso afastar-se dele o suficiente para não o repetir simplesmente. Do que ele trata explicitamente? O que oculta? Foram essas as questões iniciais que nos animaram a estudá-lo.

Para compreendê-lo, foi feita então uma leitura crítica, interna e externa ao documento, inserindo-o no seu “espaço de experiência” e em seu “horizonte de expectativas”. A propósito dessa dualidade, o trabalho apoiou-se teórica e metodologicamente em Koselleck (2006), para quem “experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro” (KO-

2 Por questão de concisão textual, daqui por diante nos referiremos ao documento apenas como *Curso de Urbanismo*.

SELLECK, 2006, p. 308). A disputa pelo controle do Urbanismo que emerge do texto só pode ser entendida levando-se em consideração tal articulação temporal.

Para seguir adiante, é necessário ainda definir o sentido de campo disciplinar<sup>3</sup>, termo referido na segunda hipótese apresentada anteriormente, articulando-o ao conflito que buscamos compreender. Do documento *Curso de Urbanismo* (como nas ações que encerra e testemunha), de pronto emerge uma disputa por aquilo que Barros (2014) chama de “campo disciplinar”. Segundo esse autor, um campo disciplinar se constitui com base nos seguintes atributos: campo de interesses; singularidades; campos interdisciplinares; aspectos expressivos; metodológicos; teóricos; oposições e diálogos interdisciplinares; interditos; rede humana; e olhar sobre si. Destes, nos referiremos brevemente a um que nos parece central ao debate aqui proposto: a singularidade.

Ela pode ser compreendida como aquilo que a torna “realmente única, específica, e que justifica a sua existência – em poucas palavras, aquilo que define a disciplina em questão por oposição ou contraste em relação a outros campos disciplinares” (BARROS, 2014, p. 22). A construção dessa singularidade, submetida a uma rede de saberes já existente, encerra lutas com campos disciplinares já estabelecidos. Como refere Barros (2014, p. 23), “pode-se dizer que o processo de surgimento de um novo campo disciplinar adquire, por vezes, muito mais a aparência de uma verdadeira luta que se dá no interior da arena científica do que a aparência de um parto”. Ele propõe que eles surgem “de certos desdobramentos de um campo disciplinar já existente, ou que se desprenda desse campo original adquirindo identidade própria, ou mesmo que o novo campo disciplinar se forme a partir de elementos dispersos oriundos de vários outros” (BARROS, 2014, p. 24). Propomos aqui que a singularidade do campo disciplinar Arquitetura-e-Urbanismo não surgiu por desdobramento, desprendimento ou reunião de elementos dispersos. No caso em pauta, o esforço empreendido por professores da Faculdade de Arquitetura (FA) foi estender ao Urbanismo os atributos de outro campo disciplinar, o da Arquitetura, visando a controlar seu exercício e sua formação profissional.

Como refere Koselleck (2006, p. 98), “sem conceitos comuns não

---

3 Necessário destacar que a definição da Arquitetura e do Urbanismo como disciplina ou como campo é objeto de ambiguidades e de polêmica. Rovati (2013), por exemplo, ao pesquisar as propostas de programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Planejamento Urbano e Regional, reconhece a diversidade de formas como eles se autodenominam: pertencentes a um “campo disciplinar”, a um “campo do conhecimento”, como parte de um “saber” ou simplesmente de um “campo” ou de uma “disciplina”.

pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política”. Por essa razão, no plano conceitual, a palavra Urbanismo é central para a experiência de que trata este trabalho. São seus atributos que estão em disputa.

Finalmente, este artigo não faz uma análise diacrônica do fenômeno, isto é, não analisa o uso do vocábulo Urbanismo ao longo do tempo. Posiciona-o no tempo do documento abordado, tentando articular o texto ao seu contexto imediato, sem obliterar, como referido, a articulação experiência-expectativa.

A seguir, exporemos o contexto em que está imerso o documento e, logo após, o apresentaremos e discutiremos em seus termos e na articulação com as polêmicas nas quais está implicado.

## 1 O CONTEXTO

A FA da Universidade do Rio Grande do Sul surgiu da fusão dos cursos de Arquitetura do Instituto de Belas Artes (IBA) e do curso de Engenheiros-Arquitetos da Escola de Engenharia (EE) de Porto Alegre. Criada pela Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950 (BRASIL, 1950), a FA foi efetivamente instalada apenas em janeiro de 1952 (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1953a), ano em que ocorreu também a primeira reunião de sua Congregação e de seu Conselho Técnico Administrativo (ROVATTI; PADÃO, 2002; MELLO, 2019).

A década de 1950 foi um tempo dedicado, sobretudo, à organização da instituição. Inicialmente, a FA funcionou precariamente. Não dispunha de seu próprio espaço físico e seu funcionamento dependia da ajuda de outras unidades, como, por exemplo, da cessão de funcionários da EE e da Faculdade de Ciências Econômicas. A construção de sua sede definitiva só foi concluída em 1958. Seu regimento interno somente foi aprovado pelo Conselho Universitário em 1955, após anos de debate (MELLO, 2019). Registre-se ainda que, por esses anos, o curso de Arquitetura aplicou o currículo que correspondia ao “padrão federal”, representado pelo modelo de ensino adotado na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, sediada no Rio de Janeiro (MELLO, 2019). Já no que tange ao ensino de Urbanismo, é preciso lembrar que o IBA ofereceu um curso entre 1947 e 1949. Pioneiro no Estado, esse curso diplomou apenas uma turma, composta por três engenheiros – Francisco Riopardense de Macedo, Nely Peixoto Martins e Sérgio Corrêa. Seus professores foram dois engenheiros, Edvaldo Pereira Paiva e Luiz Arthur Ubatuba de Farias, e um bacharel em Direito, Waldemar Lubke (MELLO, 2019).

Na FA, a primeira reunião da Congregação, ocorrida em 2 de setembro de 1952, aprovou a redação do art. 2º do projeto de regulamento, no qual constava que a instituição manteria os cursos de graduação em Arquitetura e em Urbanismo. O curso de Urbanismo, diferentemente do que aconteceu com o de Arquitetura, não passou a funcionar imediatamente. Sobre esse ano de instalação da FA, em relatório encaminhado ao reitor da Universidade, João Baptista Pianca (diretor interino da Faculdade) mencionou que, naquele ano, apenas o curso de Arquitetura funcionou, embora existissem interessados em cursar o de Urbanismo. Referiu ainda que, persistindo “a falta de acomodações, não vejo possibilidade do seu funcionamento [do curso de Urbanismo] tão cedo, mesmo porque o seu corpo docente está incompleto, tendo sido nomeados apenas dois professores” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1953a, p. 5).

Em 1953, o Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura (CEUA) solicitou a Pianca a imediata criação do curso de Urbanismo, pedido acompanhado de uma nominata de interessados (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1953b). Tal proposta foi aprovada no mesmo ano pela Congregação e encaminhada ao reitor (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1953b). No início de 1954, o diretor reuniu-se com o reitor para discutir o funcionamento do curso de Urbanismo. Com a concordância do Conselho Técnico Administrativo, Congregação da FA e da reitoria, Pianca tomou então as medidas necessárias ao seu funcionamento. Buscou informações e indicações junto a universidades brasileiras, solicitando programas das cadeiras<sup>4</sup>, regulamentos e provas de habilitação (MELLO, 2019).

Em 18 de fevereiro de 1954, o trabalho realizado com vistas ao funcionamento do curso foi apresentado à Congregação e aprovado. Na mesma reunião, recomendou-se que a direção tomasse “as providências necessárias para o começo imediato do curso de Urbanismo” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1954a, p. 3).

O curso foi instalado em 1954 e, nesse primeiro ano, teve 14 candidatos. Ele adotou, provisoriamente, “os programas da Faculdade de Arquitetura de Belo Horizonte, até que esta colendíssima Congregação se manifeste sobre o assunto” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1954b, p. 1). O curso de Urbanismo, cabe ressaltar, de graduação, tinha dois anos de duração e o currículo exibido no Quadro 1.

---

4 É frequente que os documentos administrativos e o Curso de Urbanismo façam referência a “cadeiras”, para aludir ao que hoje chamamos de matérias ou disciplinas escolares. Adotaremos o termo, mesmo que arcaico e já sem uso corrente, para distingui-lo do debate sobre o campo disciplinar proposto pelo artigo.

**Quadro 1: Currículo do Curso de Urbanismo, FA, 1954a.**

ANO	MATÉRIAS
1º ano	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades I 2. Evolução Urbana I 3. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística 4. Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública
2º ano	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades II 2. Evolução Urbana II 3. Arquitetura Paisagista 4. Organização Social das Cidades 5. Administração Municipal

Fonte: Mello, 2019.

A falta de professores sempre foi um problema. No relatório relativo aos anos 1955-56, consta a afirmação de que, “apesar de grande necessidade, ainda não foi possível a criação (sic) do corpo de ajudantes do Professor Catedrático” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1956, p. 3). Por conta dessa e de outras dificuldades, em 1958 o curso foi temporariamente suspenso. No ano seguinte, foi retomado a partir de uma reorganização do currículo, das cadeiras e seus conteúdos (MELLO, 2019). Essas mudanças marcaram sua segunda fase. Nessa nova etapa, o estudo do Urbanismo era declarado como uma “formação complementar do arquiteto” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966, p. 1), e só dele. Esta proposta de restringir o acesso ao curso apenas a arquitetos, posteriormente derrotada, diferia da experiência do IBA no período 1947-1949 – cujo curso estava disponível para engenheiros e arquitetos. Nesse contexto de reorganização do curso de Urbanismo, retomado após sua breve interrupção no ano de 1958, que o documento *Curso de Urbanismo* foi redigido e publicado.

## 2 O DOCUMENTO

### 2.1 Breve descrição do suporte físico, data, autores e organização do conteúdo

O documento mede 21,4 x 22 centímetros, tem 55 páginas, encadernação brochura, capa e contracapa sem orelhas. O papel da capa da edição que consultei, já acastanhado e com as cicatrizes do tempo, lombada desgastada, parece ter gramatura 180g. O miolo é de papel couchê fosco, aparentemente de gramatura 90g. O formato do suporte físico assemelha-se a um álbum ou a uma cartilha.

A definição da data da publicação é problemática. Na capa e na folha

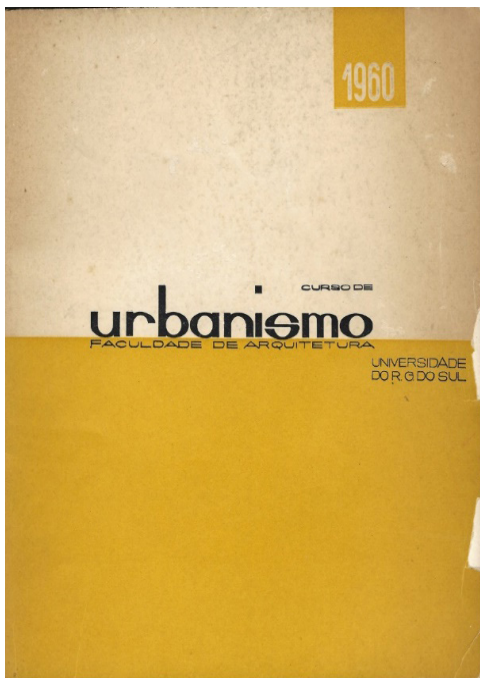
de rosto aparece o ano de 1960, data assumida pelo sistema de biblioteca da UFRGS como o da publicação. Entretanto, ao fim do documento, consta que a impressão “foi concluída em 2 de junho de 1961” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960). Supomos então que o material foi discutido e redigido ao longo de 1960, mas impresso em 1961.

Outro problema é a definição de seu(s) Autore(s). O mesmo trecho que alude ao ano de impressão cita que a publicação foi organizada pelo Departamento de Urbanismo da FA, diagramada pelo professor Francisco Riopardense de Macedo e pelos alunos arquitetos Marcos David Heckmann e Leo Ferreira da Silva e impressa nas oficinas da Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960).

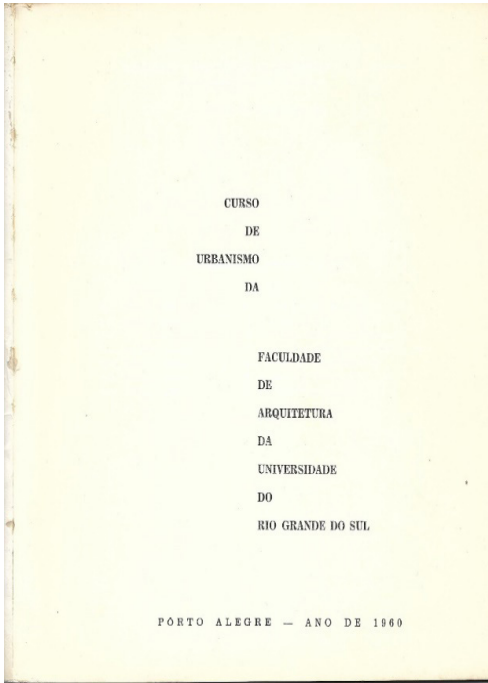
É, portanto, uma publicação do Departamento de Urbanismo, mas que não informa de maneira clara quem a organizou e redigiu. A menção é apenas aos responsáveis por sua diagramação. Em que medida esses mesmos professor e alunos participaram da elaboração do conteúdo? Eis uma pergunta que não encontra resposta no documento.

Os destinatários do documento eram, supomos, os arquitetos interessados em complementar sua formação para exercerem profissionalmente o Urbanismo. Contudo, o texto dialogava também com outros campos disciplinares na tentativa de definir os contornos do Urbanismo como lugar de saberes e fazeres bastante semelhantes aos da Arquitetura – e distantes da Engenharia.

O documento está assim organizado: Prefácio (p. 07), Parte 1: histórico (p. 09 a 13), Parte 2: o programa das cadeiras (p. 15 a 32), Parte 3: temas propostos (p. 33 a 55).



**Figura 1: Capa da publicação Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul.**



**Figura 2: Folha de rosto da publicação Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul.**

A página 5 do documento apresenta a seguinte lista de professores do curso e cadeiras por eles ministrada: Edvaldo Pereira Paiva (Teoria e Prática dos Planos de Cidades); Demétrio Ribeiro (Evolução Urbana); Nely Peixoto Martins (Urbanologia, Estatística e Documentação Urbana); Adalberto Carvalho (Técnica Sanitária e Serviços de Utilidade Pública); Roberto Veronese (Organização Social das Cidades); Francisco

Riopardense de Macedo (Arquitetura Paisagista); Waldemar Lubke (Administração Municipal). É evidente o vínculo de alguns desses professores à experiência precursora do Curso de Urbanismo do IBA, notadamente Paiva e Lubke (professores), Martins e Macedo (diplomados).

## 2.2 Prefácio

No prefácio, o documento dirige sua primeira crítica ao padrão federal de ensino de Arquitetura, o currículo da Faculdade Nacional de Arquitetura, da Universidade do Brasil, tomado como referência para o ensino autônomo de Arquitetura em todo o país. Segundo o texto, ele refletia “as precárias condições de um exercício profissional ambíguo e se reporta a programas acadêmicos superados” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 7).

A superação dos programas acadêmicos decorria, em alguma medida – continuava a publicação – das alterações pelas quais passava a profissão de urbanista. Ele já não era aquele profissional “compelido a palmilhar sozinho o campo das ciências que intervêm na análise e interpretação dos fenômenos que interessam à urbanística” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 7). Substituíamo “uma equipe de sociólogos, economistas, sanitaristas, engenheiros, etc., onde a tarefa de coordenação,



síntese e planejamento cabe, via de regra, a um profissional cuja necessária formação coincide, em sua natureza, com a do arquiteto” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 7).

Por essa razão, era necessário distinguir claramente “as diferentes formações do arquiteto e do engenheiro”, bem como eliminar “a distinção entre arquiteto e urbanista” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 7). Não era mais possível, afirma o texto, diferenciar atividades idênticas, “a planificação e composição de urbanismo” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 7). Ou seja, planejar e compor (esta última atividade estreitamente vinculada à singularidade do arquiteto) eram compreendidos como sinônimos. Logo, deveriam ser realizados por um profissional específico, o arquiteto, distinto do engenheiro.

Reconhecia-se, é verdade, que o Urbanismo era um domínio para o qual convergiam profissões variadas. Entretanto, o arquiteto deveria ser, por sua “natureza”, o coordenador das equipes, liderança essa conferida por seu processo de formação que o capacitaria a sintetizar dimensões e conhecimentos variados. Era essa a habilidade necessária ao exercício do Urbanismo – e ela pertenceria somente aos arquitetos.

Finalmente, o prefácio afirma que naquele momento de revisão do primeiro ano de funcionamento do curso, “em sua terceira tentativa de organização no Rio Grande do Sul [referência aos cursos da década de 1940 do IBA e da primeira experiência na FA], torna-se oportuno o debate sobre sua estruturação, sua relação com o Curso de Arquitetura, com as demais especialidades afins e com o panorama profissional” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 7).

A partir dessa argumentação, evidencia-se que a profissão de urbanista estava em disputa. Havia uma elaborada argumentação que a aproximava da Arquitetura. Mas o documento não se limitava a propor um modelo de ensino baseado em um “espaço de experiência” (KOSELLECK, 2006), a partir de uma descrição histórica. Ele prescrevia um “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006): o Urbanismo era um domínio destinado ao arquiteto. Planejar e compor, em Arquitetura ou Urbanismo, eram – e deveriam ser – atividades idênticas.

### 2.3 Parte 1: histórico

O histórico está subdividido em três tópicos: (i) Antecedentes, (ii) O novo curso e (iii) Modificações no exame de admissão.

Inicialmente, o tópico *Antecedentes* recupera a experiência do Curso de Urbanismo do IBA do Rio Grande do Sul (1947-1949), curso que diplomou

apenas uma turma, como já referido. Menciona que um dos problemas enfrentados pelo corpo docente daquele curso foi o da organização dos exames de admissão. Segundo o texto, as cadeiras exigidas pelo padrão federal (Sociologia e História da Arte) apresentavam lacunas: “não permitiam uma adequada verificação das condições dos candidatos” e “seus programas continham mínimos aspectos relacionados diretamente com as futuras tarefas dos alunos” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 11). Para corrigi-las, os professores modificaram tais programas e seus conteúdos, buscando relações “mais íntimas entre elas, através de trabalhos práticos comuns” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 11).

Outra iniciativa adotada na década de 1940 foi a tentativa de relacionar suas atividades às “necessidades de nossos organismos urbanos”, isto é, aos “órgãos” do poder público municipal e estadual. A relação entre os estudos e a prática profissional se dava por meio dos temas dos trabalhos das cadeiras, como, por exemplo, “projetos de centros residenciais, como o da Vila Ferroviária de Santa Maria, e de pré-planos de cidades, como o feito para a cidade do Rio Grande” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 11). A propósito deste tema, há uma nota de esclarecimento:

A origem de tal experiência foi o nosso conhecimento dos métodos de ensino de Urbanística aplicados nas escolas de Arquitetura da Inglaterra. Em seus cursos, a teoria é estritamente vinculada à prática real. Os estudantes executam pessoalmente as diversas etapas do estudo de organismos urbanos daquele país, dentro da orientação estabelecida pelo Ministério de Urbanismo. Fazem inquéritos (*surveys*) e analisam e interpretam os resultados. Executam projetos reais e são colocados em estrita ligação com os órgãos de planificação. (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 11)

O texto refere ainda que o programa de ensino adotado pelo curso incluía poucos aspectos teóricos e práticos buscados noutros países, dedicando atenção aos estudos desde uma perspectiva local. Ao assim proceder, “a teoria era ligada à prática, não uma prática de laboratórios, mas a da vida real, a dos problemas urbanos reais” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 11).

A seguir, o texto cita que entre o encerramento do curso de Urbanismo do IBA e o início do novo, já na FA, transcorreram cinco anos. Em seu breve funcionamento de quatro anos, “não puderam ser aplicadas as experiências já obtidas no curso anterior e todos os aspectos negativos, já citados, se fizeram presentes” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO

SUL, 1960, p. 12). A adoção do padrão federal, além de falhas na organização do curso, resultou “em total fracasso, obrigando a direção da Faculdade a extingui-lo” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 12). Toda essa experiência demonstrava que “somente novos programas e, principalmente, novos métodos de trabalho, em suma, uma orientação nova, o mais possível desligada do chamado ‘padrão federal’, seria capaz de fazer funcionar um curso desse tipo” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 12).

No tópico *O Novo Curso*, o texto destaca que, durante 1958, uma comissão designada pela direção da FA apresentou relatório que sugeria três medidas para sua reformulação: a organização do quadro de professores a partir de concurso de títulos, atividades didáticas e exercício profissional do Urbanismo; reorganização do exame de admissão; reforma no programa das cadeiras. Sobre o conteúdo do exame de admissão, a proposta era a de criação de uma nova cadeira, o Planejamento, além de revisão total do conteúdo de Sociologia e História da Arte, conteúdos já correntes no exame de admissão.

Para reforma dos programas das cadeiras, foram três os “princípios básicos” adotados: reduzir os conteúdos teóricos ao estritamente necessário à formação do aluno, abolindo aspectos de mera erudição e não aplicáveis à realidade local; eliminar as repetições de assuntos nas diversas cadeiras, estabelecendo uma relação mais íntima entre elas; oferecer temas práticos que pudessem sofrer a intervenção de várias ou todas as cadeiras do curso. Cada professor contratado para ministrar aula no novo curso encarregou-se de aplicar aqueles princípios na reforma do programa e conteúdo de sua cadeira. Eles foram, depois, remetidos ao Departamento de Urbanismo, onde também sofreram modificações.

O tópico *Modificações no Exame de Admissão* alude à reforma das condições de admissão ao curso. O processo seletivo anterior contava apenas com as cadeiras Sociologia e História da Arte. Seus programas eram tão genéricos que a relação com o curso era inexistente. Esse tipo de exame “não facilitava a escolha dos mais capazes, dos que tinham mais dons ou melhor disposição para o estudo do urbanismo” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 13). Para alterar esta situação, foram adotadas duas medidas: a modificação dos conteúdos destas cadeiras, relacionando-os mais diretamente à cidade e ao urbanismo, e – a modificação que me parece mais importante – a inclusão de uma prova de Planejamento. Essa inclusão “veio preencher uma sentida lacuna, de uma disciplina que permitisse observar a capacidade de cada candidato no terreno da composição e planejamento dos espaços” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO

SUL, 1960, p. 13). Sua inclusão alicerçava-se no reconhecimento de que “tal capacidade não pode ser adquirida durante o Curso, onde, quando muito, poderá ser aperfeiçoada” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 13). Ou seja, o candidato deveria acessar o curso já sabendo realizar a “composição e planejamento de espaços”.

A inclusão desse último conteúdo havia sido sugerida dois anos antes, em 1958, por comissão composta pelos professores Demétrio Ribeiro, Edvaldo Pereira Paiva e Fernando Lunardi. Na ocasião, eles recomendaram que a prova tivesse caráter eliminatório, mas recuaram ante a oposição da Congregação (MELLO, 2019).

Percebe-se que a palavra Planejamento não dizia respeito à condução de processos sociais, políticos e governamentais de gestão e transformação das cidades. Tratava-se, isto sim, de uma prova de *projeto* (ou de *composição*, como era comum a ele referir-se à época), atividade relacionada ao campo disciplinar da Arquitetura.

Essa prova buscava restringir o acesso ao curso apenas aos arquitetos. Não surpreende que seus propositores, nesse segundo momento, tenham sido Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, enfáticos defensores da autonomia da Arquitetura em relação à Engenharia. Mesmo não sendo de caráter eliminatório, como ambos propuseram, o fato de constar como uma das provas de admissão já criava uma imensa dificuldade aos engenheiros (MELLO, 2019). A prova de Planejamento significou, portanto, uma forma tácita de exclusão dos engenheiros do curso.

## 2.4 Parte 2: o programa das cadeiras

Nesta parte, o documento expõe a revisão dos programas das seis cadeiras do curso e a reorganização do currículo. Uma alusão geral sobre as alterações adotadas antecede a menção a cada uma delas. O documento cita que as mudanças propostas resultaram de preocupações de duas ordens: de uma parte, com a redução do conteúdo ao fundamental e necessário, levando em conta as sucessivas etapas do ensino e o fato de que o curso acolheria profissionais já diplomados – essa ação respondia criticamente aos programas do “padrão federal”, considerados desnecessariamente extensos e que repetiam cadeiras ensinadas no curso de graduação em Arquitetura; de outra, à necessidade de definição mais precisa do conteúdo de cada cadeira.

Trataremos a seguir da descrição de cada uma delas. Mas, daremos atenção também aos parágrafos prévios, os quais citam as mudanças realizadas sem mencionar os novos programas propriamente ditos.

### 2.4.1 Teoria e Prática dos Planos de Cidades

Seu programa anterior era criticado por sua “exagerada extensão, resultante de suas intromissões no campo de outras cadeiras do Curso” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 17). Outro aspecto considerado negativo era “seu forte caráter tecnicista, sempre focalizando ângulos relacionados com atividades da Engenharia” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 17).

A reestruturação do ensino do curso de Urbanismo buscava “uma sucessiva ampliação dos conhecimentos, porém relacionando-os, cada vez mais, com os trabalhos práticos” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 18). Pretendia partir “do particular para o geral, da análise dos elementos componentes das aglomerações urbanas para sua reestruturação e planificação integral” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 18). Por essa razão, “o volume de material teórico vai sendo reduzido à proporção que avança o Curso, de tal maneira que no último semestre não mais existem aulas teóricas” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 18).

Essa cadeira, que parte da análise à síntese, funcionaria como “cadeira tronco” ao longo dos quatro semestres de duração do curso. Como está anotado no material de apresentação, “esse papel somente pode ser exercido através dos sucessivos trabalhos práticos, até chegar ao momento no qual todo o Curso passe a funcionar em torno de seu tema prático” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 18). Assim, todas as demais cadeiras deveriam funcionar a partir e em torno desta, considerada capital para o exercício da profissão de urbanista.

O programa referia ainda que, no 1º semestre, seria “feita, além da exposição teórica, uma análise de um tema comum (um núcleo urbano existente, ou parte dele) onde serão aplicados os princípios apreendidos na parte teórica” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 18). Seria ainda “executado o projeto de uma pequena unidade residencial” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 18). No 2º semestre, haveria dois temas práticos: “o primeiro constante de projeto de uma ‘unidade funcional’, em terreno livre, e, o segundo, [...] o tema comum a todas as cadeiras, a reestruturação de uma ‘unidade’ funcional existente” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 19). No 3º semestre, o “estudo da planificação” deveria ser “aprofundado através da crítica a exemplos existentes” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 19). Haveria “dois temas práticos [ou seja, projetos], referentes à planificação de núcleos satélites” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 19). No 4º semestre, não haveria aulas teóricas. Os alunos elaborariam o

“pré-plano” de uma cidade. Essa era uma cadeira de projeto, em torno do qual as demais do curso deveriam orbitar.

### 2.4.2 Evolução Urbana

O documento cita que o estudo da evolução urbana tinha “por finalidade ressaltar a historicidade dos fenômenos urbanos” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 19). Contudo, a “documentação pura e simples ou a erudição histórica não correspondem ao papel da matéria num Curso voltado essencialmente ao propócio (sic) de armar o urbanista para o trato de problemas novos” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 19). A compreensão profunda da historicidade do fenômeno urbano seria “a melhor defesa contra a adoção de fórmulas ou soluções mecânicas que, pelo prestígio de sua novidade, ameaçam o livre desenvolvimento da inteligência e dos futuros profissionais” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 20).

O programa da cadeira foi mantido em sua cronologia. “Nessa sequência, porém, é dada a preferência às épocas cuja história geral é mais conhecida do estudante e principalmente aquelas que se relacionam mais vivamente com a formação de nossa cultura” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 20). Em síntese, ela pretendia “fornecer ao estudante uma visão ampla e segura do essencial da evolução, contribuindo a finalidade principal do Curso que há de ser formar profissionais conscientes de sua participação na história de seu tempo” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 20).

As aulas práticas seriam dedicadas “a debates orientados pelo professor e as sabatinas de aferição do aproveitamento” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 20). Os conteúdos propriamente ditos obedeceriam a duas sequências: “uma relativa à evolução da vida urbana e ao desenvolvimento do urbanismo nas diversas épocas da história universal, e outra relativa ao processo de povoamento e de urbanização do Rio Grande” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 20). Essa segunda parte, referente ao Estado, serviria de “preparação da parte histórica do Expediente Urbano realizado pelos alunos na Cadeira de Urbanologia-Estatística” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 20).

### 2.4.3 Urbanologia, Estatística e Documentação Urbana

Uma das alterações em relação ao programa do curso anterior foi a “redução do número de pontos [ou de conteúdos], que baixou de 30 para 20; vantagem que não foi só quantitativa, como poderia parecer à primei-

ra vista, porque os pontos eliminados são lecionados em outras cadeiras e até com mais profundidade” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 21).

Como cita o documento, nessa cadeira “não há propriamente aulas teóricas e formais, onde o professor faça dissertações; o que há são aulas teórico-práticas em que o assunto do ponto é de imediato aplicado no tema prático na mesma aula ou logo na seguinte” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 21).

Essa era uma cadeira que buscava capacitar o estudante a recolher e associar os dados necessários à intervenção na cidade. Por esse motivo, os conteúdos ministrados nos dois primeiros semestres do curso perpassavam pela geografia, geologia, clima, vegetação, estatística, demografia, dentre outros.

No 3º semestre, seriam realizadas “aulas teórico-práticas ligadas ao trabalho prático de Expediente Urbano relativo ao tema comum a todas as cadeiras; as aulas práticas serão as de preparo do Expediente Urbano” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 24).

No 4º semestre, seriam oferecidas as mesmas aulas teórico-práticas. Entretanto, as aulas práticas seriam referentes às “tarefas de acabamento do Expediente Urbano do semestre anterior” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 24).

#### **2.4.4 Técnica Sanitária e Serviços de Utilidade Pública**

A justificativa da importância desta cadeira, conforme o documento, é que:

se ao planejar uma cidade, ou um grande bairro, o urbanista estudar profundamente o lançamento das futuras rêdes de águas e de esgotos, o sistema viário e sua pavimentação, etc., terá, quando executado o seu plano, facilitado enormemente o trabalho dos especialistas que se encarregarão dos projetos definitivos desses trabalhos e [...] terá tornado mais barato o custo de sua execução. (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 24)

Seu programa estava dividido em duas partes. A primeira, “que trata da Técnica Sanitária, é um resumo das cadeiras afins lecionadas nos cursos de engenharia e de arquitetura” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 24). A segunda “trata dos Serviços de Utilidade Pública” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 24). Essa última, acom-

panharia “o trabalho geral de composição a ser executado de acordo com o programa de trabalho fixado pelo Departamento de Urbanismo” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 24). Necessário mencionar o detalhamento e a profundidade que a cadeira dava às diversas ações públicas sobre o espaço urbano.

#### 2.4.5 Arquitetura Paisagista

Também, aqui, o documento criticava o “padrão-federal”, argumentando que ele não se referia, em nenhum momento, “à composição urbana no seu mais amplo aspecto, isto é, como organização de todos os elementos componentes da cidade nas realizações da arte urbana ou arte cívica” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 28). E continuava:

[...] ao contrário disto, insiste na exclusiva referência ao verde urbano, ao jardim, à flora, à fitogeografia, esquematizando toda a cadeira à aplicação da jardinagem na arquitetura urbana e, afora isto, faz rápidas referências ao conceito de cor, às cores primárias, secundárias e complementares (item 1), como o faria um programa de Física do 2º ciclo do Curso Ginásial, ou se demora no enunciado de títulos de interesse botânico tais como Hileia Amazônica, Hileia Extra-Amazônica, Pinheiros, Caatingas, Faixa Marítima, etc. (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 28).

Essa concepção acabou por dissociar essa cadeira da cidade, tratando-a apenas como “técnica de arborização da área urbana e efeitos que desta arborização podem ser obtidos numa cidade existente através de um projeto feito por agrônomo ou botânico” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 28). Esse programa, concluía o documento, “seria razoável numa escola de agronomia; é inconsistente numa Faculdade de Arquitetura” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 28).

Como forma de superar essas limitações, a revisão curricular fez com que ela passasse a “acompanhar o desenvolvimento da cadeira de Teoria e Prática dos Planos de Cidades, visto que tem o maior peso de responsabilidades na composição do espaço aberto” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 29). O “espaço verde” seria tratado junto aos espaços abertos da composição de Urbanismo na cadeira de Teoria e Prática dos Planos de Cidades.

Nos três primeiros semestres do curso, seriam ministrados conteúdos diversos. No quarto, não seriam lecionadas aulas teóricas. Todos os estudantes deveriam trabalhar no tema “pré-plano de uma cidade” (UNI-



VERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 30). Essa era uma cadeira que buscava capacitar o estudante a elaborar projetos de espaços abertos, aproximando-os do projeto arquitetônico e urbanístico.

### **2.4.6 Administração Municipal**

Não há, na apresentação desta cadeira, como nas demais, um preâmbulo que discuta suas alterações em comparação à organização anterior, posicionando sua importância no currículo. Sua descrição se circunscreve ao seu programa, organizado em quatro capítulos: Introdução, História e organização, Administração, Obras Públicas e Serviços de Utilidade Pública. Ela pretendia capacitar o estudante a compreender e trabalhar junto à administração pública. Destaque-se a divulgação das diversas ações possíveis no espaço da administração municipal.

## **2.5 Parte 3: temas propostos**

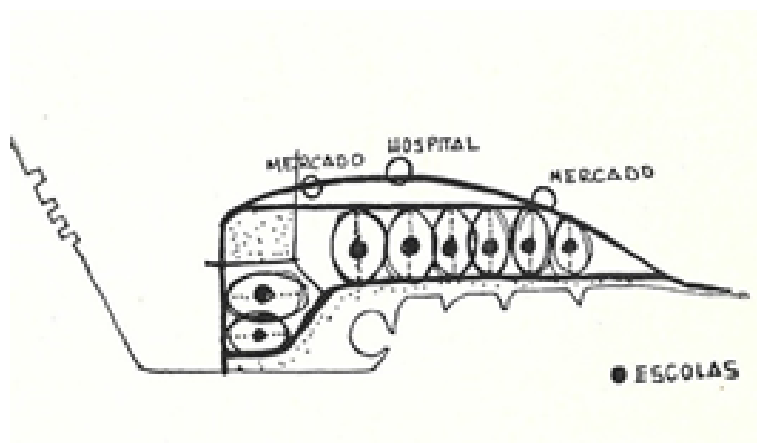
Na terceira e última parte do documento, são expostos sete trabalhos dos alunos do curso: (i) Estudo analítico do projeto da Praia de Belas, do arquiteto Moacyr Moojen Marques; (ii) Análise da Praça Senador Florêncio, do arquiteto Leo Ferreira da Silva; (iii) Expediente Urbano da cidade de Caçapava do Sul, do arquiteto Celso Carneiro; (iv) Centro de unidade vicinal, do arquiteto Nestor Ibrahim Nadruz; (v) Acesso a um cemitério, do arquiteto Moacyr Moojen Marques; (vi) Praça Cívica (Candelária), do arquiteto Marcos Hekmann; (vii) Praça Gomes Jardim (Guaíba), do arquiteto Fernando Gonzales. Cada um deles está revelado em extensão e detalhamento variados, contando uns com algumas páginas e outros com apenas uma. Todos os trabalhos trazem imagens – diagramas, esquemas gráficos, mapas, croquis, plantas baixas ou perspectivas. Importante notar que são veiculados apenas trabalhos de arquitetos diplomados, alunos ou ex-alunos do curso. À quase totalidade dos trabalhos – exceção é o Expediente Urbano da Cidade de Caçapava do Sul – está associada uma explicação da cadeira onde foi elaborado. Descreveremos brevemente os trabalhos a seguir.

### **2.5.1 Estudo analítico do projeto da Praia de Belas**

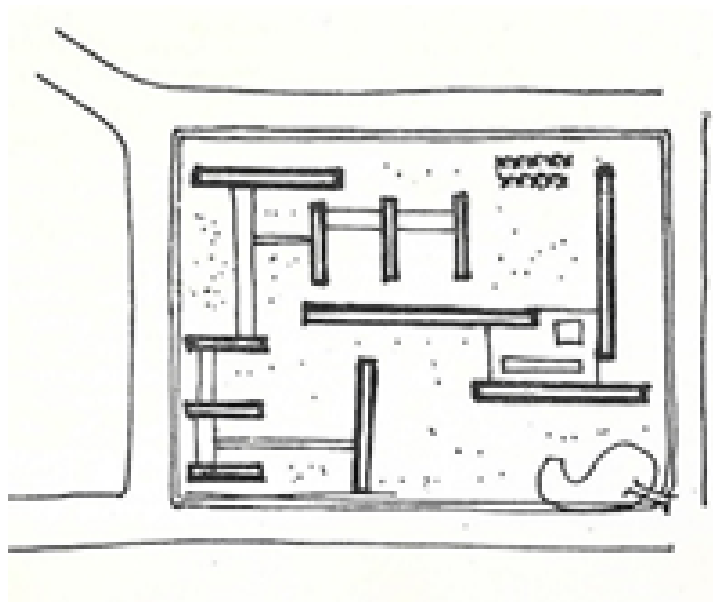
O tema do trabalho realizado pelo arquiteto Moacyr Moojen Marques foi proposto no ano de 1959 pela cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades. São dedicadas cinco páginas à sua apresentação, o maior espaço dado dentre todos os sete. Refere o documento que os exames da cadeira “são sempre desse tipo [...] com a intenção de observar o adiantamento dos

alunos e sua compreensão total dos problemas urbanísticos” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 35). O trabalho analisa o projeto de Edvaldo Pereira Paiva e Carlos Maximiliano Fayet para o bairro Praia de Belas, Porto Alegre, elaborado em 1954/1955. Neste trabalho, Marques faz comentários acerca de cinco aspectos. O primeiro, sobre o conceito de Unidades de Habitação, ao qual corresponde a organização de “superquarteirões” e de “centros de interesse” ou “centros de bairro” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 36). Avalia que seria necessário prever centros de bairro mais bem estabelecidos, onde “a ação do urbanista, na composição plástica desses ‘centros’” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 36), regulando a altura dos edifícios, criando visuais e tratando-os paisagisticamente conferiria maior qualidade à proposta. No segundo, reflete sobre o sistema viário, considerado perfeito e eficiente. No terceiro, discorre sobre os superquarteirões. Marques imagina o novo bairro “como um imenso parque, no qual os blocos estariam compostos segundo suas características plásticas, aproveitando a vista para o rio e levando em conta todos os fatores funcionais e de composição” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 37). Zoneando as residências, os edifícios e os centros, de outra forma seria possível, segundo ele, tirar maior partido da natureza circundante. O quarto aspecto menciona que a área do Parque da Ponte de Pedra – ao norte do conjunto – seria melhor aproveitada se fosse ali localizada a Cidade Universitária, a qual emprestaria ao futuro bairro um “imenso número de valores, plásticos e arquitetônicos” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 37). O quinto aborda as áreas verdes, ao que propõe seu aumento junto às zonas de habitação, melhorando a relação visual e efetiva entre parque e residências. Ao fim, conclui, com uma referência à posição de um homem qualquer, que poderia ser descrita como estando “no quarteirão Z, quadra Y, lote 30, edifício X, apartamento 72, 7º andar”, alusão clara à descrição que Lúcio Costa faz à descrição de um endereço qualquer em sua proposta para o Plano Piloto de Brasília (BRAGA, 2010, p. 174). Acompanha o texto de Marques um conjunto de esquemas gráficos.

**Figura 3: Esquema gráfico do trabalho. Estudo analítico do projeto da Praia de Belas, de Moacyr Moojen Marques, p. 36**



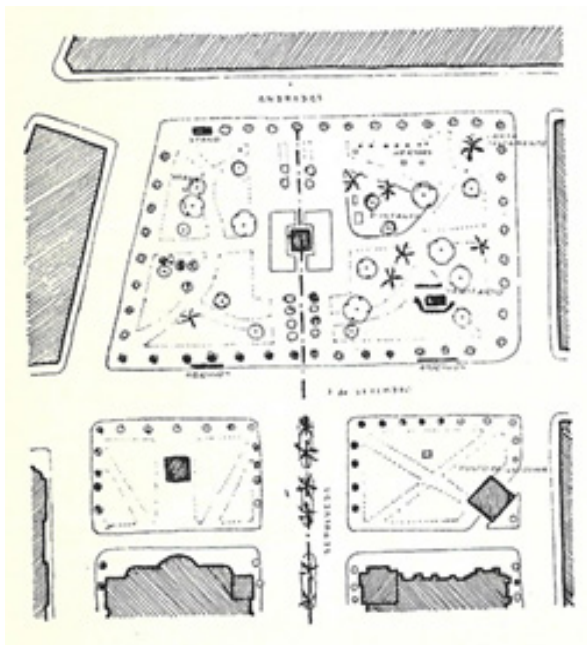
**Figura 4: Croqui de um superquarteirão do trabalho. Estudo analítico do projeto da Praia de Belas, de Moacyr Moojen Marques, p. 37**



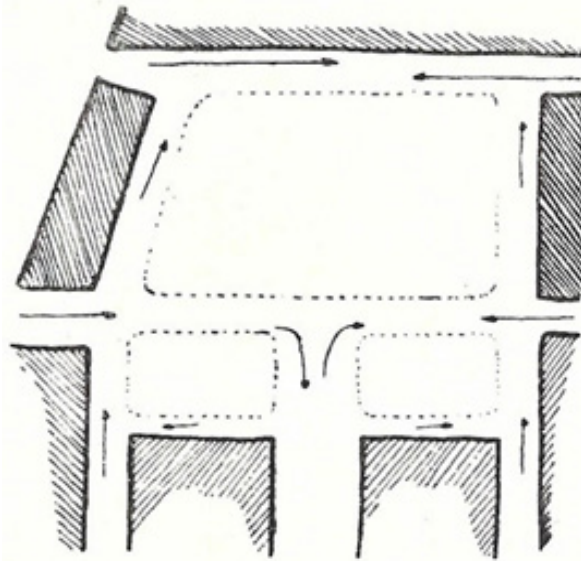
## 2.5.2 Análise Praça Senador Florêncio

O trabalho elaborado pelo arquiteto Leo Ferreira da Silva corresponde ao primeiro tema da cadeira Arquitetura Paisagista, a qual consistia na análise de um espaço aberto urbano do centro da cidade: a Praça Senador Florêncio, mais conhecida como Praça da Alfândega, Porto Alegre. Segundo o documento, o aluno “desenvolveu importante e precisa apreciação de todos os fatores que tornam a praça frequentada e dos que poderiam torná-la uma obra de arte” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 40). Sua análise atenta para “as leis de composição e as condições de uso” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 40) e divide-se em dois eixos. O primeiro, relativo ao Espaço, em que avalia o plano de fachadas, o volume e a altura dos edifícios vizinhos, além da continuidade espacial entre esses elementos. Ao fim desta breve análise, Silva conclui que, “apesar dos inconvenientes apontados, o espaço é belo, sobrepondo-se os fatores positivos aos negativos” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 42). O segundo eixo, Uso e Composição, avalia a disposição dos elementos e seu funcionamento. Faz aqui uma discussão detalhada da Praça da Alfândega, fundamentalmente da disposição das partes do programa de necessidades.

**Figura 5: Planta de situação do trabalho Análise da Praça Senador Florêncio, de Leo Ferreira da Silva, p. 40.**



**Figura 6: Esquema gráfico do trabalho Análise da Praça Senador Florêncio, de Leo Ferreira da Silva, p .41.**



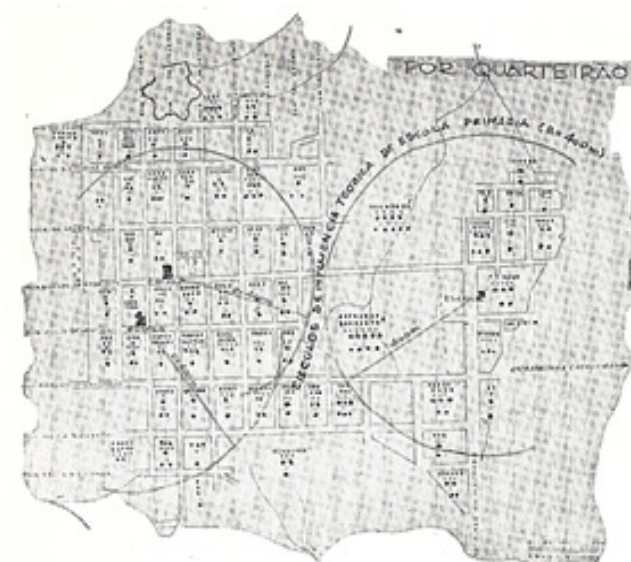
### 2.5.3 Expediente Urbano da cidade de Caçapava do Sul

Neste trabalho, elaborado pelo arquiteto Celso Carneiro, não há menção à cadeira em que ele foi elaborado. Entretanto, noutro momento – no trabalho de Heckman (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 54) – há referência de que os exercícios de Expediente Urbano eram elaborados em Urbanologia, Estatística e Documentação Urbana. O trabalho desenvolvido por Carneiro mescla mapas da posição da cidade no Estado do Rio Grande do Sul com mapas de seu traçado viário, além de tabelas que destacam áreas de espaços verdes, aspectos demográficos e econômicos em uma perspectiva temporal. O texto trata da história da cidade, posiciona-a em relação ao sítio de implantação, sua topografia e traçado, discute o zoneamento de funções (áreas verdes, residências, cemitério, etc.), além de debater aspectos demográficos e econômicos, possibilidades de exploração do turismo, etc. Carneiro conclui o trabalho com 13 tópicos que reúnem a síntese de suas análises, que vão desde o reconhecimento de que a cidade apresenta-se “estacionária”, a necessidade de formação de um “cinturão verde para abastecimento”, de elaboração de projetos para extensão e execução de redes de infraestrutura urbana, dentre outros aspectos.

**Figura 7: Localização de Caçapava do Sul no mapa do Rio Grande do Sul, trabalho Expediente Urbano da cidade de Caçapava do Sul, de Celso Carneiro, p. 44**



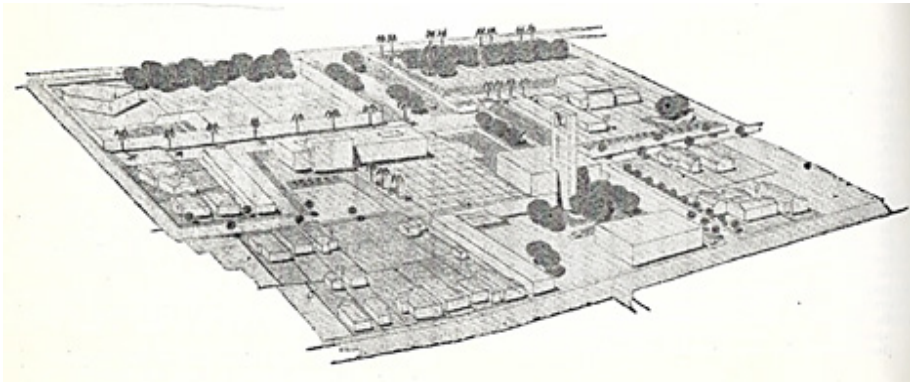
**Figura 8: Mapa com os círculos de influência teórica de escola primária (raio de 400 metros), trabalho Expediente Urbano da cidade de Caçapava do Sul, de Celso Carneiro, p. 49**



### 2.5.4 Centro de unidade vicinal

São apresentadas apenas duas imagens do trabalho do arquiteto Nestor Ibrahim Nadruz – uma planta de situação e uma perspectiva. Há referência de que este trabalho correspondia à primeira série da nova fase do curso. Seu detalhamento, como é possível verificar pelas imagens e pela pequena referência textual que o acompanha, é de um “Centro Cívico Comunal” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 50). O texto, que avalia o exercício de Nadruz, menciona que “o trabalho permitirá ao leitor a descoberta de nuances nas soluções, significativas de maior relação entre o urbanismo como técnica e o urbanismo como arte plástica” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 50).

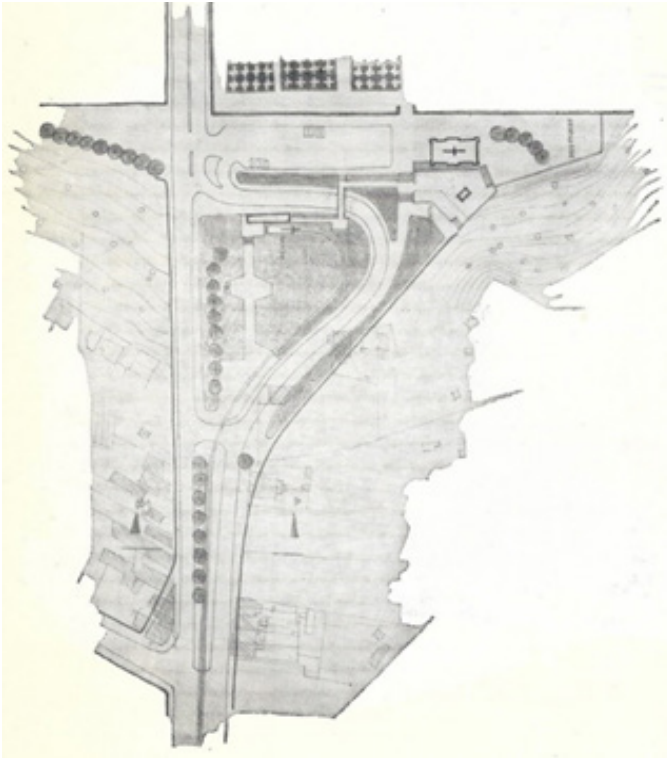
**Figura 9: Perspectiva do trabalho Centro de Unidade Vicinal, de Nestor Nadruz, p. 50.**



### 2.5.5 Acesso a um cemitério

Como no trabalho de Nadruz, o segundo trabalho do arquiteto Moacyr Moojen Marques está exposto em apenas poucas imagens – uma planta de situação, uma perspectiva e um corte. O texto que acompanha os desenhos refere que o tema proposto em Teoria e Prática dos Planos de Cidades foi o dos cruzamentos e acessos ao cemitério de Porto Alegre. Os desenhos contemplam soluções de desenho viário com a perspectiva e o corte, revelando mais claramente os diferentes níveis topográficos enfrentados pela proposta.

**Figura 10: Planta de situação do trabalho Acesso a um cemitério, de Moacyr Marques, p. 52.**



### **2.5.6 Praça Cívica (Candelária)**

O trabalho elaborado pelo arquiteto Marcos Hekmann para Arquitetura Paisagista comparece com apenas uma planta de situação. O texto que a acompanha cita que o tema era de um “projeto de uma praça na cidade que cada aluno estava projetando” em outras cadeiras (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 54). O desenho aborda posição da vegetação, disposição do mobiliário urbano, desenho dos pisos.

### **2.5.7 Praça Gomes Jardim (Guaíba)**

O trabalho elaborado pelo arquiteto Fernando Gonzales está apresentado em apenas um desenho – uma planta de situação. Refere o texto que o acompanha que ele representa “o tratamento de um detalhe do anteprojeto do Plano Diretor de uma cidade” (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 55).



Como balanço final dos resultados dos trabalhos realizados e expostos pelo documento, é necessário mencionar que eles articulam texto explicativo e desenhos técnicos de Arquitetura – esquemas gráficos, plantas baixas, de situação, cortes e perspectivas; há uma grande preocupação com a composição plástica e com aspectos físicos – visuais, relações de altura e volumetria, posição de vegetação, etc., além de vincular o trabalho do urbanista à arte e à criação do belo. Esses aspectos aproximam decisivamente o Urbanismo do campo disciplinar da Arquitetura, já que são elementos da composição arquitetônica, diferenciando-se dela apenas na escala (uma, do edifício, outra, da cidade).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dissemos, no início deste artigo, que exploraríamos duas hipóteses. A primeira, de que o documento “Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul 1960” apresentava um discurso opaco, uma vez que a ele subjaziam disputas, intrigas e conflitos. A segunda, de que ele era um documento engajado. Isso fica claro quando o texto revela o esforço de construção das singularidades do campo disciplinar Urbanismo como competências análogas ao da Arquitetura. O documento representa, portanto, a tentativa deliberada de construir o perfil profissional do arquiteto-urbanista. Subjaz a toda a argumentação, reformulação das cadeiras, da prova de admissão, dos trabalhos dos alunos, a luta dos arquitetos para incorporar o Urbanismo ao seu campo disciplinar e de atuação profissional exclusivo.

Neste sentido, inserir o documento ao seu contexto torna possível compreender o manejo do conceito Urbanismo, revelando assim uma disputa por seus sentidos. A relação entre Arquitetura e Urbanismo precisava ser formulada na linguagem, pois a conquista do segundo também passava por isso. Como refere Koselleck (2006, p. 102), “diminui o conteúdo empírico presente no significado de muitos conceitos, enquanto aumentava proporcionalmente a exigência de realização futura contida neles”. É por isso que o texto representava, além do espaço de experiência – a conjuntura com a qual dialogava – um horizonte de expectativas – o exercício profissional do Urbanismo como exclusividade dos arquitetos.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História, vol. I: Princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- BRAGA, M. *O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital*. São Paulo: Cosac Naify, Imprensa Oficial do Estado, Museu da Casa Brasileira, 2010.
- BRASIL. Decreto nº 23.596, de 11 de dezembro de 1933. *Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D23569.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23569.htm): Acesso em: 18 set. 2020.
- BRASIL. Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950. *Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1254-4-dezembro-1950-362540-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 09 set. 2020.
- FACULDADE DE ARQUITETURA. *Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli*, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953a.
- \_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca*, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1953. Porto Alegre, 1953b.
- \_\_\_\_\_. *Ata da 26ª reunião da congregação*, realizada em 18 de fevereiro de 1954a.
- \_\_\_\_\_. *Ata da 29ª reunião da congregação*, realizada em 26 de maio de 1954b.
- \_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao egrégio professor doutor Elyseu Paglioli, digníssimo Reitor Magnífico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo Professor Doutor Ney Chrysostomo da Costa*, Diretor da Faculdade de Arquitetura. Relatório do ano letivo de 1955-1956. Porto Alegre, 1956.
- \_\_\_\_\_. Edital nº 33. *Concurso de habilitação*. 22f. Porto Alegre, 1960.
- \_\_\_\_\_. 1ª semana de estudos. *Relatório do Departamento de Urbanismo*. 4f. Porto Alegre, 1966.
- FARGE, A. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEME, M.C.S. (coord). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel, FUPAM, 1999.

MELLO, B. C. E. *O urbanismo dos arquitetos: genealogia de uma experiência de ensino*. Canoas: Ed. da ULBRA, 2019.

ROVATI, J.F. *Urbanismo versus Planejamento Urbano?* Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.15, nº 1, p. 33-58, maio 2013. Doi: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p33>.

ROVATTI, J. F.; PADÃO, F. M. (orgs). *Faculdade de Arquitetura: 1952 – 2002*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2002.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. *Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1960.

Recebido em 11/01/2021

Aprovado em 15/07/2021